

Dois e dois

Rogério L. Furquim Werneck*

Volta e meia, surge de novo na mídia o argumento de que não há razão para esperar grandes mudanças na economia a partir de 2007, porque, no que diz respeito à política econômica, já não há diferenças relevantes entre governo e oposição. O que se argúi é que, como o PT acabou adotando a mesma política econômica do PSDB, é improvável que a eleição presidencial possa trazer maiores surpresas nessa área. Trata-se de conclusão apressada, fundada em análise um tanto simplista.

Antes de mais nada é importante lembrar o que de fato ocorreu a partir de 2003. Não é que o PT tenha adotado a política econômica do PSDB. O máximo que se pode afirmar é que Lula adotou a política de FHC. Mas é mais do que sabido que boa parte do PSDB era contra a política econômica de FHC. E que a maior parte do PT nunca escondeu sua resistência frontal à política econômica de Lula, que também vem enfrentando, desde a primeira hora, oposição cerrada da mesma banda do PSDB que já se opunha à política econômica de FHC. O quadro, portanto, é um pouco mais complexo do que o argumento parece supor.

A questão não é nova. Em artigo publicado neste mesmo espaço, logo após as eleições municipais de 2004, já tive oportunidade de ponderar que, tendo em vista o grau de divergência a respeito de aspectos básicos de política econômica que persistia no âmbito de cada um dos dois partidos, talvez fizesse mais sentido raciocinar com dois PTs e dois PSDBs. Mesmo que isso não acomodasse todas as nuances das visões de política econômica abrigadas nos dois partidos, já permitiria análise bem mais realista do que a que seria possível com base na presunção de que tais visões eram pouco diferenciadas dentro de cada partido. Essa dicotomia continua sendo útil. Ajuda a vislumbrar com mais clareza o que pode vir a ocorrer com a política econômica em 2007, na esteira do processo eleitoral dos próximos meses.

Do lado do PT, o quadro parece especialmente incerto. As idéias econômicas bravamente defendidas por Palocci desde meados de 2002 não parecem ter deitado raízes fortes no partido. Continuam sendo planta frágil que poderá não sobreviver por muito tempo no solo petista, se o ministro acabar tendo de se afastar do cargo. Caso isso ocorra, é até possível que o governo preserve a atual linha de política econômica até dezembro. Mas, se Lula for reeleito, ainda é difícil enxergar quem no PT terá estatura e ascendência sobre o partido para assegurar a preservação da mesma linha de política econômica no próximo mandato. A idéia de que isso poderá ser assegurado pelo próprio Lula, ao arrepio das convicções do PT e da problemática coalizão governista que terá de ser formada, soa pouco provável a esta altura.

Há também incertezas do lado do PSDB, ainda que bem menos preocupantes do que pareciam há poucas semanas. Em contraste com 2002, quando os tucanos se deram ao luxo de disputar as eleições presidenciais com um programa que ignorava por completo a agenda fiscal, agora ficou bem mais difícil passar ao largo dessa agenda. Difícil, mas não impossível. Ainda há no PSDB quem insista em sustentar que os problemas fiscais do País não chegam a ser tão sérios quanto se propala e podem ser resolvidos naturalmente pelo crescimento econômico.

A escolha de Alckmin parece ter refreado o entusiasmo dos que esperavam que uma vitória tucana na eleição presidencial pudesse levar a uma reviravolta na política macroeconômica. Como não poderia deixar de ser, Alckmin vem sendo exposto a verdadeira feira livre de diagnósticos e propostas, bem suprida de falsas soluções e idéias exóticas. Mas, a se julgar pela entrevista que concedeu ao **Estado** no domingo passado, o candidato tucano vai sobrevivendo bem a essa provação e mantendo uma percepção bastante lúcida das mudanças que se fazem necessárias na política econômica. É especialmente alvissareiro que tenha declarado de forma muito clara que, do ponto de vista macroeconômico, a questão central é a fiscal. E que nela reside o grande entrave ao crescimento da economia brasileira.

Essa simples constação não garante que a agenda fiscal do País será enfrentada com sucesso nos próximos anos. Mas, se fosse compartilhada pelos dois candidatos a presidente, já seria um bom começo. Diagnóstico correto é o mínimo que se pode esperar.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.